

OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 147

Período: de 30/10/04 a 05/11/04

[Franca – Brasil](#)

- 1-Arquivos da ditadura I: Ministro da Defesa descarta falta de empenho do governo no caso dos desaparecidos políticos
- 2- Arquivos da ditadura II: Militares são contra a abertura dos documentos sobre a ditadura militar
- 3-Arquivos da ditadura III: Arcebispo e ex-secretário defendem abertura de arquivos da ditadura militar
- 4- Retratação do Exército deixou tropa irritada
- 5- Exército atua na prevenção de crimes eleitorais
- 6- Polícia Federal apreende armamento com brasão das Forças Armadas
- 7-Artigo propõe moratória ao programa nuclear brasileiro e reforça suposta preocupação norte-americana
- 8- Demissão de Viegas I: cargo é ocupado pelo Vice-Presidente José Alencar
- 9- Demissão de Viegas II - Matérias abordam cobranças das Forças Armadas em relação ao novo ministro da Defesa
- 10- Grupo do Rio concentra discussões na reforma da ONU e na cooperação com o Haiti

Arquivos da ditadura I: Ministro da Defesa descarta falta de empenho do governo no caso dos desaparecidos políticos

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, o ministro da Defesa, José Viegas Filho, disse não acreditar na acusação de representantes de familiares na Comissão Especial dos Mortos e Desaparecidos Políticos (CMDP) de que o governo Luiz Inácio Lula da Silva tem feito menos pela abertura dos arquivos da ditadura do que o governo Fernando Collor de Mello (1990 – 1992). De acordo com o ministro, o governo está preparando "uma resposta digna a toda a sociedade brasileira" sobre o período da ditadura. O Ministério da Defesa e o Comando do Exército não quiseram comentar a reportagem da revista "IstoÉ" sobre a existência de documentos do Exército com informações sobre a Guerrilha do Araguaia. Em outras ocasiões, o Exército e o próprio ministro afirmaram que os documentos sobre o assunto haviam sido destruídos. O ministro declarou, entretanto, que tinha conhecimento da existência de cópias dos documentos sobre o episódio. O jornal informou que, de acordo com o ministro Viegas, o governo "se empenha" na localização e identificação dos corpos dos mortos e desaparecidos. O *Estado de S. Paulo* informou que o Presidente Lula pretende transferir para o Ministério da Justiça os documentos que foram produzidos por órgãos de informação durante a ditadura militar para que possam ser abertos à sociedade. Para ele, não há sentido preservá-los. Lula disse acreditar, no entanto, que os arquivos militares da época da repressão já foram destruídos, e "se existem alguns documentos, estão na mão de pessoas que querem levantar algum tipo de confusão ou ter algum tipo de benefício com a divulgação extemporânea desses documentos". O Presidente

ressaltou que a solução em relação aos documentos será tomada a portas fechadas. Lula declarou que o problema ocorrido com o Comando do Exército por causa da primeira nota "está resolvido". Segundo o jornal, a intenção de Lula ao enviar a documentação produzida por órgãos de informações ao Ministério da Justiça, é separá-los dos demais, considerados documentos de Estado, que precisam, segundo o Presidente, ser mantidos fechados pelo governo, para evitar problemas até mesmo diplomáticos. Em coluna publicada no jornal *O Globo* o filósofo e ensaísta Olavo de Carvalho afirmou que anistia não significa esquecimento, mas reiterou que a imprensa nacional tenta "reabrir só uma parte da verdade para encobrir as restantes" se referindo a polêmica da abertura dos arquivos da ditadura militar. (Folha de S. Paulo – Brasil – 30/10/04; O Estado de S. Paulo – Nacional – 30/10/04; O Globo – Primeiro Caderno – 30/10/04).

Arquivos da ditadura II: Militares são contra a abertura dos documentos sobre a ditadura militar

O *Globo* informou que oficiais da reserva das Forças Armadas resistem à idéia da abertura dos documentos sobre a ditadura militar. Segundo o jornal, os representantes das Forças Armadas na Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos (CMDP) disseram se manifestaram contra a abertura das pastas e afirmaram que não existem documentos do período em poder dos três comandos militares. O coronel reformado João Batista Fagundes, que é representante militar na CMDP, é contra a abertura completa dos documentos e alegou que anistia significa completo esquecimento. Já o general Oswaldo Pereira Gomes, que representou as Forças Armadas na CMDP no governo Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002), diz que há uma disposição revanchista dos ex-ativistas políticos, que hoje estão no poder contra os militares. Gomes afirma que nos arquivos das Forças Armadas não existem documentos que detalhem ações militares contra os opositores do regime, pois estas ações eram clandestinas, à revelia dos comandantes, e não deveriam ser registradas. (O Globo – Primeiro Caderno – 30/10/04).

Arquivos da ditadura III: Arcebispo e ex-secretário defendem abertura de arquivos da ditadura militar

O arcebispo emérito de São Paulo, Dom Evaristo Arns, disse ao jornal *Folha de S. Paulo* que a abertura dos documentos da ditadura militar deve ser feita imediatamente. Segundo o Arcebispo, a abertura é necessária, pois ainda há pessoas que podem confirmar e testemunhar sobre o ocorrido. Em outra reportagem, o ex-secretário nacional de Segurança Pública, Luiz Eduardo Soares, declarou ser favorável a total abertura dos arquivos ainda existentes da ditadura. Para Soares, muitos documentos não foram ainda liberados em nome da precaução, no entanto, segundo ele, ao adiarem a sua divulgação, aumentam as tensões "entre civis e militares" e "entre militares e militares". O ex-secretário

acredita que os grupos militares que resistem à divulgação de documentos "não teriam como reagir" se o governo Luiz Inácio Lula da Silva, dentro de um princípio de autoridade, ordenasse que isso fosse feito. O jornal acrescentou que o ministro dos Direitos Humanos, Nilmário Miranda, anunciou que a revisão e a abertura dos arquivos serão feitas "sem pressa". (Folha de S. Paulo – Brasil – 30/10/04).

Retratação do Exército deixou tropa irritada

O jornal *Estado de S. Paulo* informou que o presidente do Clube Militar, general Luiz Gonzaga Lessa, enviou ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva carta na qual demonstra a irritação da tropa, particularmente do Exército, em relação aos últimos acontecimentos ligados às notícias e às supostas fotos do jornalista Vladimir Herzog publicadas pelos jornais. Segundo o jornal, na carta, o general queixa-se da atuação do ministro da Defesa, José Viegas Filho, e pede que sejam feitos esforços suavizar os relacionamentos. O general, que é da reserva e tem expressiva liderança, adverte que as tensões entre setores do governo federal e o Exército atingiram um perigoso nível de desestruturação, com indesejáveis e imprevisíveis desdobramentos políticos. O Presidente preferiu não comentar o caso. De acordo com o *Estado*, a carta deu a dimensão das divergências entre o Exército e o Ministério da Defesa ao dizer que a atuação dúbia do Ministério "ficou evidente ao parecer que mais torcia pela queda do comandante do Exército do que buscava uma rápida solução para esvaziar a grave crise política que se avizinhava a passos largos no horizonte". Para o general, existe a intenção de indispor o Exército com o governo federal. (O Estado de S. Paulo – Nacional – 30/10/04).

Exército atua na prevenção de crimes eleitorais

O jornal *Folha de S. Paulo* informou que o Tribunal Regional Eleitoral (TER) do estado do Amazonas montou uma operação para combater crimes eleitorais durante a votação do segundo turno para prefeito em Manaus (Amazonas). Segundo o jornal, juízes, promotores e policiais federais terão apoio de três helicópteros do Exército para percorrer as áreas consideradas passíveis de crimes como compra de votos, além da presença de 4000 soldados para fiscalizar a votação na cidade. O Exército também atuou durante as eleições nas cidades de Campos, no Rio de Janeiro, e em Belém, capital do estado do Pará (Folha de S. Paulo – Brasil – 31/10/04; Jornal do Brasil – Brasil – 01/11/04; O Globo – O País – 01/11/04).

Polícia Federal apreende armamento com brasão das Forças Armadas

O jornal *O Globo* relatou que a Polícia Federal encontrou quarto fuzis supostamente desviados de quartéis das Forças Armadas e das Polícias Civil e Militar do Rio de Janeiro. Algumas das armas, que foram apreendidas com uma quadrilha presa no dia 1º de novembro, possuíam brasões do Exército, da Aeronáutica e do governo do Rio de Janeiro. Além disso, também foi encontrada uma granada que pertenceria ao Exército. Segundo o delegado José Mariano

Beltrame, coordenador da Missão Suporte, da Polícia Federal no Rio, os armamentos estarão à disposição das Forças Armadas e da Secretaria de Segurança Pública. (O Globo – Primeiro Caderno – 02/11/04).

Artigo propõe moratória ao programa nuclear brasileiro e reforça suposta preocupação norte-americana

Apesar do acordo preliminar fechado entre a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) e o governo brasileiro para a inspeção da unidade de enriquecimento de urânio de Resende, no estado do Rio de Janeiro, bem como da reafirmação por parte do embaixador dos Estados Unidos, John Danilovich, de que o programa nuclear brasileiro não preocupa os EUA, já que não tem por objetivo produzir armas nucleares, a mídia norte-americana ainda tem manifesto desconfianças sobre as intenções do Brasil e, como divulgou o jornal *O Estado de S. Paulo* existe uma preocupação norte-americana quanto à segurança em médio prazo em relação ao programa nuclear brasileiro. De acordo com a *Folha de S. Paulo*, o jornalista norte-americano Larry Rother, do jornal *New York Times* acusou o Brasil de tentar burlar a legislação internacional de desenvolvimento nuclear. O jornalista afirmou que as atitudes brasileiras estão “assustando o mundo”. Por sua vez, o *Estado* publicou a declaração de um oficial da inteligência militar dos EUA, afirmando que existe o temor de que o Brasil não consiga exercer com eficiência a custódia do urânio enriquecido e do lixo remanescente das usinas e que o material radioativo possa ser adquirido por grupos terroristas. O oficial fez esta declaração ao jornal brasileiro ao comentar o artigo intitulado “Como Tornar o Mundo Seguro para a Energia Nuclear” da revista *Survival*, do Instituto de Estudos Estratégicos de Londres, no qual quatro especialistas em não-proliferação propõem ao Brasil moratória de 15 anos na produção de urânio enriquecido e oferece como compensação acesso irrestrito ao combustível processado nos EUA para as usinas de Angra e centros científicos. Outras medidas compensatórias formuladas seriam a remoção dos resíduos do combustível usado, a compensação pelos recursos que o país já investiu no programa de Resende e a pesquisa e desenvolvimento em tecnologia do ciclo do combustível nuclear. A idéia é criar um novo sistema global que assegure o fornecimento de combustível nuclear em bases comerciais a países que já usam ou pretendem usar o átomo para produzir energia elétrica, mas ainda não possuem plantas operacionais de enriquecimento de urânio e/ou reprocessamento de plutônio. O sistema funcionaria sob um acordo internacional entre países fornecedores e usuários, com a participação da AIEA, que aplicaria salvaguardas a todas as atividades do ciclo de combustível cobertas pelo acordo, adicionalmente às suas tarefas tradicionais de salvaguarda nos reatores dos Estados usuários. Os especialistas Ernest Moniz, físico do Massachusetts Institute of Technology (MIT); John Deutch, ex-diretor da Agência Central de Inteligência (CIA); Arnoldo Kanter, estrategista da Casa Branca e Daniel Poneman, advogado do setor de energia basearam sua proposta em parte pela desconfiança derivada

da estimativa custo/benefício do projeto da usina brasileira de enriquecimento de urânio. "É difícil acreditar que uma instalação do tamanho da que está em consideração será economicamente competitiva ou viável no mercado de serviços do ciclo de combustível (nuclear) nos próximos 10 a 15 anos", afirma o artigo. Para o quarteto de especialistas, os apoios do Brasil e do Irã são fundamentais para comprovar a viabilidade prática da proposta e permitir que ela decole, tendo em vista o caráter específico da relação norte-americana com cada um desses países. (Folha de S. Paulo – Brasil – 01/11/04; Folha de S. Paulo – Mundo – 04/11/04; O Estado de S. Paulo – Internacional – 03/11/04; O Estado de S. Paulo – Nacional – 04/11/04).

Demissão de Viegas I: cargo é ocupado pelo Vice-Presidente José Alencar

Há algumas semanas, conforme informações presentes no *Informe Brasil*, correm rumores sobre a destituição do ministro da Defesa que, no entanto, foram desmentidos pelo próprio Presidente Lula. Com base nestes rumores, o ministro seria deslocado para uma embaixada européia e sua oposição seria ocupada por Aldo Rebelo, atual ministro da Coordenação Política. Nesta quinta-feira (04), os jornais veicularam que Viegas teve seu pedido de demissão aceito por Luiz Inácio Lula da Silva, pedido o qual, estava em aberto desde o dia 22 de outubro deste ano. O vice-presidente José Alencar deve assumir o cargo da Defesa, no lugar deixado por Viegas, nesta segunda-feira (08). De acordo com a *Folha de S. Paulo*, é a primeira vez que um ministro pede demissão por causa de intrigas internas ao governo. O ministro vinha sendo envolvido em uma série de atritos com as Forças Armadas e na carta encaminhada ao Presidente Lula, (carta a qual foi divulgada pela *Folha de S. Paulo* e pelo *Jornal do Brasil*), o ministro criticou a persistência de um pensamento autoritário por parte dos militares, que segundo ele, estaria relacionado à anacrônica doutrina de segurança nacional. A opinião do ministro em relação a isto está particularmente ligada ao caso Herzog, em específico, à nota publicada pelo Exército na qual foram tecidos elogios ao comportamento das Forças Armadas durante o período militar. Este assunto foi amplamente reproduzido pelo *Informe Brasil* das últimas semanas. De acordo com a *Folha*, tal nota teria sido o estopim para a saída do Ministro. Antes de sair do governo, o ministro solicitou ao Presidente Lula que demitisse o Comandante do Exército, Francisco Roberto Albuquerque, já que a ele, era atribuída a elaboração da polêmica nota. No entanto, o Exército informou que a nota era de exclusiva responsabilidade do setor de comunicações da força. O Comandante, então, não foi demitido e o caso foi resolvido após o Exército ter publicado a segunda nota com objetivos de retratação. O Comandante do Exército, porém, tinha a intenção de se demitir, já que no próximo ano pretende assumir um cargo militar na Organização das Nações Unidas (ONU). O novo ministro da Defesa, o vice-presidente José Alencar, mostrou ânimo com seu novo cargo. Na quinta-feira (04), reuniu-se com o Comandante da Aeronáutica, brigadeiro Luiz Carlos da Silva Bueno, que na época da discussão para aumento salarial dos militares, criticou o fato de o governo não tomar nenhuma decisão sobre o assunto. Neste encontro, foram discutidos os temas mais importantes da pasta da Defesa. A *Folha* diz também que integrantes da base aliada do governo consideram a indicação do

vice-presidente José Alencar como um sinal de prestígio para as Forças Armadas. Já a oposição vê no acúmulo de funções um problema institucional. O jornal detalha nominalmente os políticos que criticaram e os que apoiaram a assunção do novo ministro. O Presidente Lula justifica sua escolha como forma de nomear uma “autoridade inquestionável” para administrar as Forças Armadas, já que um dos problemas ocorridos entre aquelas e o seu ministro Viegas, esteve relacionado ao atropelo da autoridade do ministro por parte de oficiais. Já são de incumbência do novo ministro: amenizar a tensão as forças e negociar a abertura dos arquivos da ditadura. O jornal pontuou também que, no meio militar, a avaliação é que o vice-presidente não ocupará a pasta da Defesa definitivamente. Esta opinião, no entanto, diverge do que declara o governo. Em coluna ao *O Globo*, o professor Eliezer Rizzo diz que a saída de Viegas do ministério deve diminuir o desconforto causado por um poder diplomático exagerado, apesar de ter considerado positiva a passagem do ex-ministro pelo governo. Rizzo vislumbra que a atuação de Alencar pode gerar uma debilidade política em momentos em que tiver que substituir o Presidente Lula e ao mesmo tempo exercer seu novo cargo. Quanto à atuação de Viegas, o professor disse que teve papel fundamental na discussão sobre previdência dos militares, já que esta foi garantida num momento de reforma. (Folha de S. Paulo – Brasil – 01/11/04; Folha de S. Paulo – Brasil – 05/11/04; O Globo – O País – 01/11/04; O Globo – O País – 05/11/04; O Globo – Primeiro Caderno – 05/11/04).

Demissão de Viegas II - Matérias abordam cobranças das Forças Armadas em relação ao novo ministro da Defesa

O *Jornal do Brasil* publicou matéria que trata da dificuldade que pode encontrar o novo ministro da Defesa, José Alencar, tendo em vista a situação de penúria das Forças Armadas e a reivindicação destas para melhora desta condição. O jornal diz que devido às péssimas condições materiais e estruturais das Forças Armadas, os militares estão desconfiados da capacidade de coordenação da cúpula do Partido dos Trabalhadores (PT), cobrando de forma mais incisiva, um acerto de contas. O jornal lembrou que após tantos anos sem aumento, os militares receberam 10% de ajuste em detrimento dos 33% requeridos pela caserna. Desde 1994, as três forças recebem da União 30% a menos da verba antes destinada. Além disto, o jornal diz que as Forças Armadas vêm preocupando-se com a questão da fronteira amazônica, com a questão colombiana, pedindo ações dirigidas por parte do governo. A pressão que os militares podem exercer sobre o novo ministro também foi levantada por *O Globo*. O jornal diz que esta pressão perpassará desde a licitação para a compra dos caças à presença das tropas brasileiras no Haiti. (Jornal do Brasil – Brasil – 05/11/04; O Globo – O País – 05/11/04).

Grupo do Rio concentra discussões na reforma da ONU e na cooperação com o Haiti

Criado há 18 anos, o mecanismo para a discussão de questões políticas de interesse comum aos países latino-americanos e caribenhos, denominado Grupo

do Rio, iniciou sua XVIII Conferência neste dia 03, na cidade do Rio de Janeiro. A declaração provisória elaborada pelos chanceleres dos países participantes, que deve ser discutida e assinada pelos respectivos Presidentes, tem como pontos fundamentais a defesa de uma cooperação mais ampla da América Latina com o Haiti, a reforma da Organização das Nações Unidas (ONU) e a ampliação da democracia e da justiça social no continente. Com relação à intenção brasileira de obter apoio do Grupo do Rio a sua candidatura de membro permanente, foi criado um impasse, já que o México pleiteia o mesmo, conforme noticiou o jornal *O Estado de S. Paulo*. Portanto, é provável que a declaração final assinada pelos 12 países participantes do encontro defenda apenas que a América Latina tenha uma vaga no Conselho, sem indicar a qual país tal vaga deva pertencer. Segundo o *Jornal do Brasil*, o documento tratará ainda de projetos específicos de apoio à Nicarágua, ao Equador, à Costa Rica, à Venezuela e à Bolívia, para que fortaleçam suas instituições democráticas e o combate à corrupção. Especialmente, o caso do Equador que pediu ao Grupo a criação de uma comissão de diálogo com a oposição ao Presidente Lucio Gutiérrez, visto a iminente crise política que pode desestabilizar o país. De acordo com o chanceler brasileiro, Celso Amorim, um "Grupo de Amigos" do Equador pode ser criado, tal como a iniciativa de incentivo ao diálogo realizado na crise política da Venezuela no início de 2003. De acordo com a *Folha de S. Paulo*, em discurso proferido na última quinta-feira (04), em sessão inaugural da reunião do Grupo do Rio, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva chamou a atenção dos países da América Latina e do Caribe para participarem da reconstrução do Haiti. Também foi pedido que os países atuassem em conjunto pela reforma do Conselho de Segurança da ONU e contra práticas discriminatórias do comércio mundial. O Presidente ressaltou em sua fala que tendo em vista os problemas enfrentados pela região, não se pode prescindir o diálogo e a cooperação. Em relação ao discurso a favor da reforma do Conselho de Segurança, a *Folha* explica que o argumento brasileiro é que atualmente apenas Estados Unidos, Reino Unido, França, Rússia e China são membros permanentes, sendo que nas palavras do Presidente, encontramos num "momento decisivo em que a comunidade internacional é convocada para refletir sobre a atualização da estrutura política de preservação da paz". Ainda de acordo com a *Folha*, a posição brasileira pró-aproximação com Cuba é uma reafirmação da política externa "pró-ativa" e "independente" que vem sendo desenvolvida pelo chanceler Amorim. Questionado sobre a discussão do tema na agenda do encontro, o chanceler disse, que a abertura de um diálogo mais amplo, como o Brasil quer propor, ainda não foi tratado e pode até vir a ser tema do encontro, mas de modo informal e sem constar na declaração final. Devido à conferência, o policiamento na cidade do Rio foi reforçado por tropas das Forças Armadas, que patrulharam avenidas principais, a faixa da orla marítima e o espaço aéreo próximos ao local do evento. Segundo a *Folha*, o Comando Militar do Leste destacou ao todo 1.200 militares para o patrulhamento. (*Folha de S. Paulo – Brasil – 04/11/04; Folha de S. Paulo – Brasil – 05/11/04; Jornal do Brasil – Internacional – 04/11/04; O Estado de S. Paulo – Nacional – 04/11/04; O Globo – Economia – 03/11/04; O Globo – Economia – 04/11/04*).

SITES DE REFERÊNCIA:

Folha de S. Paulo – www.folha.com.br

Jornal do Brasil – www.jb.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estado.com.br

O Globo – www.oglobo.com.br

*Informamos que as colunas opinativas da *Folha de S. Paulo* e o conteúdo integral de *O Estado de S. Paulo* não estão mais disponíveis gratuitamente na versão *on line*. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a observatorio@franca.unesp.br

O *Informe Brasil*** é uma produção do ***Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES)*** do Centro de Estudos Latino-Americanos (CELA) da Universidade Estadual Paulista (UNESP), coordenado pelo Prof. Dr. Héctor Luis Saint-Pierre. É redigido por Adele Godoy (bolsista PIBIC/CNPq), Ana Cláudia Jaquetto Pereira (bolsista FAPESP) e Guilherme Miranda (graduandos em Relações Internacionais), sob a responsabilidade de Érica Winand (Pós-Graduanda em História/ bolsista CAPES). As informações aqui reproduzidas são de inteira propriedade dos jornais.

